



Prefeitura de Joinville

ATA SEI



SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, faz saber: O Comdema constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto nº 21.408, de 14 de outubro de 2013](#)), e conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comdema, realizada em 04/03/2020.

No quarto dia do mês de março do ano dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, na Sala de Reuniões Wetzel, da Acij, na Av. Aluísio Pires Condeixa, nº 2.550 – Bairro Saguacú, Joinville, Santa Catarina. **Estiveram Presentes** os Conselheiros ([Decreto nº 33.699, de 06 de março de 2019](#)), **mandato 2019-2021**: Tiago Furlan Lemos, da SECULT; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Anderson Florenço, da OAB/SC; Pedro Alacon, da CAJ; José Augusto de Souza Neto, da Rotary; Carlos Alberto Noronha do Amaral, da SAMA.UDR; Maiko Alexander Bindermann Richter, da SEPROT; Fátima Irene dos Santos Moser, da SES; Osmar Silivi Júnior, da SEHAB; Denise Lemke Carletto, da UNIVILLE; Virginia Grace Barros, da UDESC; Rafael Cristiano Wolter, do CREA-SC; Regis Antônio Konzen Heitling, da Seinfra; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; Debora Karina de Oliveira, da ALOJ; Schirlene Chegatti, da ACIJ; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Francisco Ricardo Klein, do CEAJ; Lesani Zerwes Becker, da SED; Francisco Maurício Jauregui Paz, do SINDUSCON; Jose Mário Gomes Ribeiro, da CCJ; Rinaldo Nascimento Vicente, da PMA; Eulívia Fleith Comitti, da Ajorpeme; Felipe Hardt, da SAMA; Rafael Bendo Paulino, do SEPUD; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Edilaine Pacheco Pasquali, da SES; Jean Pierre Lombard, do Secovi; Maria Raquel Migliorini de Mattos, da ISARP; Rafael Ribeiro, da SAP; Lisielen Miranda Goulart, da SAS. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cuja lista deverá ser anexada a esta ata, juntamente com a lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Caio Pires do Amaral, da SAMA; Gustavo Gohr, morador São Marcos; Thallan Rocha, da SAMA; Anton Giese Anacleto, da SAMA; Ana Carolina Paterno, SAMA; Fabiano Santangelo, da OAB/SC; Gabriel Klein Wolfart, do Sindipedras/SC; André Luis MatiuZZi, da SAMA; Odilon Amado Jr., da ABETRE; Flávio Dias; Caroline Gonçalves Mota, do Escritório Martinelli, Associação de Moradores Vila Nova; Marcelo Goll, da APPIAPI; Juliana Borges Silivi AEANVI/Bioeco; Andre Silivi, da Bioeco; João Paulo S. dos Reis, da AJECI; Ademir Sgrott, da AJM; Alexandre Boehm, da ALOJ; Emilia G. Nocolodi, da SAMA; Marcela da Cruz S. Silvi, da SAMA, conforme Lista de Presença Anexa (5905643). A reunião teve como pauta: 1) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária realizada em 05/02/2020; 2) Aprovação do PMMA, por SAMA.UGA; 3) Apresentação Resíduos Sólidos, por CAJ; 4) Calendário Câmaras Recursais, por SAMA.UAC; 5) Resolução 01/2020, por SAMA.UAC; e 6) Sugestões Pauta e Palavra Livre. O Presidente dá boas vindas a todos e inicia a reunião com o **primeiro item** da pauta, Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 05/02/2020, a qual não havendo qualquer ressalva, foi aprovada por maioria de votos do Conselho, registrando duas abstenções. **Item 2** Aprovação do PMMA, por SAMA.UGA. Primeiramente o Presidente do Conselho explica que os trabalhos de desenvolvimento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica vêm sendo desenvolvidos junto ao Comdema desde o ano passado, nesse meio tempo foram criados Câmara Técnica e Grupo de Trabalho para unir esforços para subsidiar o Conselho na discussão e tomada de decisão frente o Plano. Em seguida dá a palavra para o Secretário Executivo que relembra o histórico de reuniões do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica na discussão do PMMA, o que por fim resultou no Parecer nº 001/2020 da Câmara Técnica lido nesta reunião plenária (5905626). Em seguida a Gerente Marcela, agradecendo a contribuição de todos por participar e elevar a qualidade do Plano, passa a apresentar o relatório do PMMA conforme anexo SEI (5899837). Ao fim da apresentação, o Presidente agradece Marcela e a Emilia e passa a palavra para a Conselheira Schirlene Chegatti, da ACIJ, que parabeniza por todo o

esforço da equipe para o desenvolvimento no Plano atendendo todas as expectativas do Conselho, além de prezar por toda a legalidade da matéria, concluindo que o PMMA pronto para receber seguimento. A Conselheira Cristina Jandrey Silva, da ALOJ, cita que participou da última reunião e ela foi muito esclarecedora, pois as técnicas explicaram que o Plano Municipal, além dele ser obrigatório ele tem o intuito de incentivar a preservação ambiental e viabilizando a arrecadação de recursos para incentivos nas áreas prioritárias. De início havia receio sobre o significado de prioritário para certas áreas, mas a equipe técnica deixou muito bem explicado se tratar de prioridade para realizar as ações do Plano, não se referindo propriamente a restrições ambientais. Sobre a questão da restrição o Presidente do Conselho solicitou que Emília abordasse um pouco mais. Emília explicou que, conforme o que foi dialogado na reunião de esclarecimento, o Plano não pode criar restrições, somente leis podem criar restrições ambientais. A função do PMMA se concretiza na definição de uma demanda para que a administração municipal desenvolva ações ambientais, algumas demandando recursos que são passíveis de se obter da esfera federal conforme determina a legislação, desde que aprovado. Virginia Grace Barros, da UDESC questiona quanto ao recursos para a execução das ações necessárias, de onde vem esses recursos. Emília informa que muitas ações não demandam aplicação de recursos, por outro lado, no plano contém as informações referentes aos fundos que temos e também viabiliza a captação de recursos através de projetos e ainda com a participação de editais. Anderson Florenço, da OAB/SC, aponta a adoção dos corredores ecológicos, que se caso sejam implementados as margens da rodovia, fatalidades como a morte de animais e outros acidentes podem vir a ocorrer, um problema recorrente da Autopista Litoral. Logo seria bom deixar bem claro esse ponto, pois pode vir a ser um grande problema futuro. Emília coloca que os corredores ecológicos foram mapeados de acordo com os remanescentes de vegetação e com base em outros estudos, mas ressalta que são apenas sugestões porém eles não serão automaticamente implementados, pois eles vão depender de legislação, para tanto serão realizados estudos aprofundados para implementação destes corredores. Francisco Ricardo Klein, do CEAJ, concorda com Anderson e diz se preocupar com a possibilidade desse corredor ecológico não apenas gerar risco à fauna local, mas também impossibilitar uma futura expansão da rodovia, os dois casos podem gerar engavetamentos e demais problemas. Portanto questiona como se dará a instalação desses corredores ecológicos em atenção à função da rodovia. Pedro Alacon, da CAJ, avalia ter outro entendimento da matéria em pauta. Evidencia que nesse momento está sendo discutido a aprovação do Plano e não um projeto para a instalação de um corredor ecológico, e se existir a necessidade de um isso será discutido posteriormente. Exemplificando o Plano de Saneamento Básico, do qual se desencadearam uma sequência de projetos trabalhados mais detalhadamente, da mesma forma deve funcionar com o PMMA, portanto não seria este o momento para decidir como se dará o projeto de implementação do corredor ecológico. A Conselheira Virginia cita que existem experiências semelhantes como no trecho sul da BR 101, devido a vasta quantidade de animais presentes e foram propostas diferentes soluções para o assunto, assim concorda com o Conselheiro Pedro que isso é algo para ser discutido posteriormente. Francisco Maurício Jauregui Paz, do SINDUSCON, concorda que o plano vai desencadear outros planes e projetos mas revela a preocupação quanto as restrições, se o técnico pode indeferir algum projeto ou licença usando com base o PMMA, o Conselheiro ainda cita duas situações de construções com mais de 120 anos que foram notificadas como irregulares, sendo que na época de construção nem se falava em alvará ou licença para tal, finalizando o Conselheiro sugere que seja feito um adendo ao texto, deixando claro que não tenham restrições as áreas enquanto não existir um projeto ou lei específica. O Presidente com a palavra informa que está presente dentro do texto que não há restrições, por tanto hoje é apenas a aprovação do texto do Plano, quanto aos corredores ecológicos, foram feitos pesquisas e estudos para ver a melhor área para aplicação deles e assim para no futuro que sejam elaborados projetos para sua implementação. Emília, faz a leitura do parágrafo segundo da página 9 do texto do PMMA que dispõe que o PMMA não tem objetivo de restringir o uso áreas. A ouvinte Caroline Gonçalves Mota, pede a palavra e ressalta que o documento pode ser utilizado para trazer segurança jurídica para os Conselheiros se por ventura vierem a restringir algum projeto nessas áreas. O Presidente cita todo o trabalho quem envolveu os Conselheiros e outras entidades ao longo desse ano todo e na última reunião realizada foi bem esclarecedora para todos que participaram. Assim não havendo mais manifestações, o Presidente coloca para deliberação do PMMA, sendo aprovado por maioria dos votos dos Conselheiros, registrando apenas uma abstenção. **Item 3** Apresentação Resíduos Sólidos, por CAJ. O Conselheiro Pedro Alacon elaborou uma pesquisa levantando informações quanto a resíduos sólidos produzidos no Brasil, cita números onde no País produz lixo muito mais do que ele tem a capacidade de lidar, assim dentro da América Latina o Brasil é o que mais gera resíduos. Segundo o levantamento feito pelo Conselheiro, sessenta por cento do lixo produzido é encaminhado aos aterros sanitários e o restante dos quarenta por cento é depositado em lugares inadequados por mais de três mil municípios, lugares estes que não contam com medidas e controle de saúde e de meio ambiente. Outro ponto é que ainda que os municípios tenham a coleta seletiva, na maioria das vezes essa coleta não abrange todos as localidades da cidade. O Conselheiro Pedro cita as palavras de (Carlos Silva Filho) "enquanto o mundo fala em economia circular e avança energia renovável a partir do resíduo, o Brasil ainda tem um deficit de lixão a céu aberto e pouca coleta seletiva". Apresentando dados no SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), demonstra a média brasileira comparadas com Joinville, mostrando os números do município sempre com uma média melhor que a nacional. Pedro cita outro dado interessante, o Banco Mundial classifica o Brasil como o quarto maior produtor de lixo plástico do Mundo com 11,3 milhões de toneladas, 91% desse valor são coletados mas apenas 1,28% são recicláveis, ou seja, apesar de ter uma coleta efetiva porém não recicla, deixando o país abaixo da média mundial que é de 9%. O Conselheiro deixa uma indagação "do que devemos correr atrás? Lixo Zero". Assim o Conselheiro cita qual o objetivo da campanha Lixo Zero, que não é referente a produção de lixo e sim a destinação correta dos resíduos recicláveis e orgânicos. No município pratica-se a ideia do Lixo Zero, em uma cartilha entregue de uma reunião em 2014, cita a possibilidade de redução da produção de resíduos, caso não possível fazer o encaminhamento correto do lixo. O Conselheiro cita também alguns casos de sucesso, demonstrando que o lixo pode trazer lucro para as pessoas, por outro lado, a produção de lixo em excesso pode sair caro para quem gera esses resíduos. No exemplo teve a criação de uma empresa de dual-system, onde algumas empresas visto a necessidade de recolher as suas embalagens, decidiram pela sua criação, o qual essa empresa de dual-system ela entra em contato com

as empresas de reciclagens e efetua a compra de suas embalagens. Dessa forma, além de prestar subsídios as empresas de reciclagem, ainda fazem a compra de suas embalagens. O Conselheiro Pedro por fim, cita ainda que existem outras experiências quanta a destinação e a coleta de lixo, com base nisso, sugere verificar se existe a possibilidade de criação de um grupo de trabalho em conjunto com a SAMA para levantar ideias para futuramente implementar um projeto para destinação e o recolhimento de resíduos sólidos. Finalizado a apresentação é aberto para manifestações dos conselheiros. José Augusto de Souza Neto, da Rotary cita que já existiu nesse Conselho algumas apresentações de projetos referentes a esse assunto e que se for de interesse do Conselho, deveria ser aberto um edital para a apresentação de novos projetos. Tiago Furlan Lemos, da SECULT comenta que no país agora que estão pensando na segurança do trabalho, após muito tempo, tem essa preocupação, ainda cita a que o país atua apenas com o acidente, sempre depois do ocorrido, dificilmente se trabalhou com o antes do fato ocorrido. Jauregui relata que ao tomar café, observou que os guardanapos hoje, vem dentro de uma embalagem de papel. Para o Conselheiro acredita que devemos ter um sistema sustentável, tendo o lado social, econômico e ecológico. Porém esse sistema de reciclagem no município, mesmo sendo um dos melhores do Brasil, deixa a desejar, pois pouco dos resíduos recicláveis são reaproveitados por ventura disso, falhamos no quesito ecológico. No quesito econômico é péssimo já que a coleta se torna inviável devido aos altos custos para o transporte desses materiais e no quesito social também é falho, pois existem os catadores clandestinos que passam antes da coleta seletiva, assim ficando os materiais melhores e consequentemente há a redução de resíduos recicláveis. Para o Conselheiro o plano deve ser repensado e destaca a importância para a criação desse grupo de trabalho. Carlos Alberto Noronha de Amaral, da SAMA.UDR, ressalta que quando se fala sobre os subsídios, isso já ocorre em setores da agriculturas, programa conhecido como CSA, Comunidade que Sustenta a Agricultura, onde algumas pessoas se reúnem para subsidiar um pequeno agricultor ou um agricultor familiar, assim quem tiver interesse, pode buscar esses grupos e ver como participar. A Conselheira Cristina levanta uma dúvida, com o que fazer com as lâmpadas do seu escritório. O ouvinte Odilon Amado Jr. sugere que entre em contato com a empresa chamada Recilux, pois essa empresa pode informar quem faz esse recolhimento, acrescenta que essa discussão envolve os acordos setoriais, onde grupos de empresas se reúnem para fazer o recolhimento dos seus produtos, sendo custeados pelo próprio consumidor e esse assunto já é discutido a anos no Brasil, nas câmaras técnicas de Brasília está parado, dessa forma é uma tendência que os estados ou municípios editem regimentos próprios, mas esbarra num empecilho pois o regimento precisa ser federal, já que quem vende, vende para o país inteiro, então precisa que tenha um entendimento uniforme no Brasil. Dessa forma, tem que haver uma pressão para que esse projeto seja regulamentado federalmente. O Presidente comenta que o assunto é pertinente e o debate é sempre bom desenvolver e com um grupo de trabalho, podemos evoluir nesse debate. **Item 4** Calendário Câmaras Recursais, por Anton Giese Anacleto da SAMA.UAC, conforme anexo SEI (5844963), Anton ainda explica aos demais conselheiros que o Calendário será encaminhado para os demais posteriormente e relembra a todos, se algum Conselheiros tiver interesse em participar das Câmaras Recursais, pode entrar em contato com a UAC. Não havendo manifestações, o Presidente agradece Anton. Devido ao avançado do horário o **Item 5** será transferido para a próxima Reunião Plenária, assim seguindo para o **Item 6** Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Com a palavra a Conselheira Edilaine Pacheco Pasquali, da SES, informa que a Secretaria Municipal da Saúde está iniciando a mudança de sede, passando agora a atender no Centro de Atendimento ao Cidadão e pede para que os Conselheiros repassem a informação para as suas respectivas entidades. Próximo a falar é o Conselheiro Jose Mário Gomes Ribeiro, da CCJ, convida os demais Conselheiros para o evento de 20 anos da CCJ que ocorre no dia 23 de março de 2020 no auditório da Univille. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, o Presidente do Comdema antes de encerrar relembra a todos o acontecimento da VI Conferência Municipal do Meio Ambiente e que posteriormente será encaminhado via e-mail um convite detalhado com as informações de local e horário da conferência. Assim o Presidente agradece a presença de todos os Conselheiros, declarando encerrada a reunião ordinária às doze horas, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada por Thallan Rocha, o Secretário Executivo Anton Giese Anacleto, da Unidade de Apoio aos Conselhos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e assinada pelo Presidente do Comdema, Caio Pires do Amaral, após aprovação dos demais Conselheiros.

Caio Pires do Amaral
Presidente do Comdema

Thallan Rocha
SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

Anton Giese Anacleto
Secretário Executivo
SAMA.UAC - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **5844963** e o código CRC **C13945E4**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

20.0.002003-2

5844963v57

5844963v57